

A praieira na Paraíba:

Análise historiográfica do discurso de Maximiano Lopes Machado

*Itamar Benedito Araújo Cabral

**Rafael Eduardo Inácio do Nascimento

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise historiográfica do discurso de Maximiano Lopes Machado acerca do Movimento Praieiro na Paraíba em 1849. Para isso, utiliza-se como fonte principal sua obra *Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba*. A escolha desse autor se deu devido a sua participação ativa no Movimento e por ser ele um dos membros destacados do Partido Liberal da província de Paraíba. O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, procurou-se analisar e compreender a contribuição da historiografia para a produção da escrita da história. Na segunda, analisa-se propriamente o discurso liberal de Maximiano L. Machado, destacando suas características e concepções, principalmente no que se refere a imagem construída pelo autor dos membros do Partido Conservador.

Palavras-chave: Historiografia. Movimento Praieiro na Paraíba. Maximiano Lopes Machado.

ABSTRACT

The present work aims to carry out a historiographical analysis of Maximiano Lopes Machado's discourse on the Praieiro Rebellion in the state of Paraíba, in 1849. In order to achieve this, it was used as the main source his work *Quadro da Revolta Praieira na Provincia da Parahyba*. The choice for the author was due to his decisive participation in this rebellion and his important role as an important member of the Provincial Liberal Party in Paraíba. The work is divided into two parts. On the first part, we seek to analyze and comprehend the contribution of historiography on the history writing. On the second part, we analyze Machado's own liberal discourse, highlighting its characteristics and conceptions, especially concerning the image built by the author of the members of the Conservative Party.

Keywords: Historiography. Praieiro Movement in Paraíba. Maximiano Lopes Machado.

1 INTRODUÇÃO

A Praieira na Paraíba pode ser compreendida como uma extensão do Movimento Praieiro ocorrido em Pernambuco nos anos de 1848-1849. Assim, desse Movimento pretende-se analisar o discurso liberal de Maximiano Lopes Machado tendo como base seu livro

* Professor. Mestrando em Ciências da Educação pela Absoulute Christian University. Especialista em História do Brasil pelas FIP. Bacharel em história pelas FIP. *E-mail*: itamarcabral@hotmail.com

**Professor e tutor. Mestrando em Ciências da Educação pela Absoulute Christian University. Especialista em Direito Tributário pelas FIP. Bacharel em Contabilidade pela UFCG. *E-mail*: rafaeleduardoinacio@hotmail.com

Quadro da Revolta Praieira na Provincia da Parahyba, escrito dois anos após o término do conflito, no ano de 1851 (CABRAL, 2009, p. 20).

A análise do discurso de M. L. Machado tem por objetivo compreender a imagem que o mesmo construiu a respeito dos membros do Partido Conservador da província paraibana que participaram do Movimento Praieiro em 1849. Essa é a problemática que se pretende discutir.

É importante ressaltar que assim como no Movimento de Pernambuco os conservadores da Paraíba também eram opositores dos liberais, isto é, os conservadores paraibanos tinham a mesma afinidade dos de Pernambuco, tendo em vista que não simpatizavam com o movimento dos praieiros, pois o presidente conservador da província paraibana, João Antônio de Vasconcellos, assim que informado do mesmo, auxiliou o presidente de Pernambuco na repressão aos liberais (CABRAL, 2009, p. 21).

Dessa maneira, percebe-se que, a princípio, o discurso de Maximiano Lopes Machado, ou melhor, a imagem dos conservadores construída a partir da ótica liberal do mesmo, não será positiva, uma vez que Machado e outros, como o coronel Joaquim José dos Santos Leal e Luís Vicente Borges, compartilhavam dos mesmos princípios liberais e eram opositores da família Chacon que faziam a política do Partido Conservador em Areia na província da Paraíba (FIUZA, 2009, p. 42).

A análise historiográfica do pensamento de Maximiano Lopes Machado, tendo como base seu livro *Quadro da Revolta Praieira na Provincia da Parahyba*, publicado pela primeira vez em 1851, se deu devido a sua participação ativa no Movimento, como Juiz e delegado de polícia na cidade de Areia (MACHADO, 1983, p. 71).

Dessa forma, o discurso de M. L. Machado como membro do Partido Liberal na província da Paraíba, possibilitará numa compreensão mais abrangente a respeito da imagem dos conservadores da Paraíba. Assim, a partir da ótica liberal paraibana, acredita-se que o discurso de M. L. Machado seja a principal referência para compreender a visão dos liberais paraibanos acerca do Movimento Praieiro na Paraíba.

É comum na historiografia tradicional tachar o Movimento Praieiro como sendo exclusivamente pernambucano. Contudo, ao analisá-lo mais a fundo, percebe-se que o mesmo, ultrapassou as fronteiras de Pernambuco chegando à Paraíba, mais especificamente na cidade de Areia. (...) Existem poucos trabalhos acerca da Praieira na Paraíba. A obra considerada de maior importância acerca dos eventos ocorridos em solo paraibano é a do historiador Maximiano Lopes Machado **Quadro da Revolta Praieira na Provincia da Parahyba**, escrita dois anos após o término do conflito, em 1851(...). (CABRAL, 2009, p. 20).

Há poucos trabalhos escritos a respeito desse momento histórico e, portanto, uma pesquisa deste âmbito torna-se necessária e um desafio não só para historiadores, mas também para estudiosos do campo da política, tendo em vista que “identifica-se como motivo principal para a eclosão da Praieira as disputas político-partidárias entre as elites agrárias de Pernambuco por cargos públicos da província, o que reforça o caráter elitista do conflito” (CABRAL, 2009, p.14).

Além de haver poucos escritos como já evidenciado, ressalta-se sua importância em âmbito local e também nacional, porque pesquisar a Praieira na Paraíba possibilita a necessidade de examinar a história de outros municípios do interior paraibano que são relevantes na história imperial, tendo em vista que ainda não havia a formação de grandes centros urbanos surgidos no final do século XIX e início do XX.

Segundo Alexandre Felipe Fiuza:

Não há trabalhos atuais sobre a temática, o que seria de grande valia uma pesquisa sobre esse movimento para a historiografia paraibana, principalmente, para a história da cidade de Areia e da região. Foi ali, nas ruas íngremes da cidade, por trás de casas antigas que ainda hoje vemos, que as tropas imperiais subiram a serra trazendo a chamada “paz interna” do governo de D. Pedro II. Um estudo de caso, mas que aponta a política implementada pelo imperador. Nesse sentido, pesquisar a Rebelião Praieira em Areia também possibilitou vislumbrar a história de inúmeras cidades do interior que, por sua vez, eram mais determinantes na história imperial já que não havia ainda os grandes centros urbanos surgidos em fins do século XIX e início do XX (2009, p. 47).

A pesquisa é qualitativa tendo em vista que não há a preocupação com representatividade numérica nem em estabelecer juízos de valores sobre o objeto de estudo, para evitar possíveis julgamentos, preconceitos e crenças que venham a contaminar a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Além de ser de cunho qualitativo, a pesquisa é bibliográfica uma vez que é produzida, a partir, do levantamento de referenciais teóricos já analisados, com o propósito de recolher conhecimentos prévios e ou informações sobre o problema analisado (FONSECA, 2002, p.32)

Desta forma, anseia-se que esta pesquisa contribua quantitativa e qualitativamente para que se tenha uma melhor compreensão do Movimento Praieiro na Paraíba de 1849. Uma vez que foi pouco abordado pela historiografia tradicional paraibana, o que contribuiu para reforçar a imagem de que o mesmo se restringiu apenas às fronteiras pernambucanas.

2 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM CONSERVADORA A PARTIR DO OLHAR LIBERAL DE MAXIMIANO LOPES MACHADO.

Ao realizar a análise do pensamento de Maximiano Lopes Machado, compartilha-se com os referenciais teórico-metodológicos de José Carlos Reis, em seu livro **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC, no qual afirma que:

Os homens e as sociedades humanas, por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo. (...) a história não é transparente e não se deixa interpretar imediatamente, enquanto é vivida, embora o contemporâneo não esteja impedido de fazer reflexões imediatas ainda em seu “tempo quente”. No entanto, o olhar do contemporâneo se deixa iludir pelo brilho e barulho de personalidades, gestos, ações e discursos. (2002, p. 7).

Percebe-se que para José Carlos Reis o fato do historiador está analisando um determinado acontecimento e esse o é contemporâneo, o mesmo está envolvido com os barulhos, a conturbação, as personagens, as ações, os discursos e as paixões inseridas no momento presente. Tudo isso dificulta a compreensão de imediato do historiador – apesar de não está impedida de uma análise atual - pois nota-se a necessidade do mesmo se distanciar no tempo, a fim de que reflita livre dos impulsos da época, que o levaria a precipitar-se em suas compreensões.

Destarte, observa-se que o autor Maximiano Lopes Machado, por ser participante ativo do Movimento Praieiro na província da Paraíba em 1849, e seu discurso ter sido publicado num lapso temporal de apenas dois anos após o término do conflito, evidencia-se sua obra enquanto fruto de suas próprias experiências, no processo dos acontecimentos.

Sendo assim:

(...) tanto a história, assim como os discursos (...) analisados (...) estão cobertos de argumentações, ideologias, teorias e interpretações, envolvidas numa relação de poder e ao mesmo tempo num jogo de interesses. (...) buscando atender aos apetites ideológicos, políticos, econômicos, teóricos e sociais. (CABRAL, 2009, p. 10).

Nota-se que no discurso de M. L. Machado faz-se possível encontrar argumentações imbuídas de suas ideologias, teorias e interpretações que buscam ir de encontro aos seus anseios políticos, econômicos, ideológicos, teóricos e sociais.

É necessário compreender o lugar social no qual o historiador está inserido, pois o mesmo é extremamente relevante para a interpretação, análise e, em especial, elaboração do texto escrito. De acordo com Michael de Certeau em sua obra **A Escrita da História**, qualquer historiador, ao fabricar seu texto escrito, o faz partindo de um lugar social

determinado, que está norteado de valores e símbolos em que o mesmo, inserido neste meio social atrelado à instituição, influencia e é profundamente influenciado (2007, pp. 66-67).

Desta forma, compreende-se que não há na produção do conhecimento histórico e/ou da escrita, absoluta neutralidade, pelo contrário, o historiador analisa seu objeto de estudo dotado de seus próprios valores, símbolos e significados externos e internos relacionados ao que se pretende analisar, fabricar, construir e reinterpretar.

Assim, o discurso liberal de M. Lopes Machado, está dentro desta lógica de que o historiador constrói e desconstrói sua interpretação histórica, a partir de um lugar social determinado, dentro de uma relação de poder com valores, símbolos, conceitos e significados previamente estabelecidos. Por conseguinte, a subjetividade é muito mais predominante na produção do texto escrito do que a objetividade.

Para compreender a historiografia, ou melhor, uma análise historiográfica é necessário saber o que ela é conceitualmente. Para isso, utiliza-se do argumento teórico de Raimundo Barroso Cordeiro Junior, no qual afirma que “A historiografia seria a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro” (2003, p. 31). Em outras palavras, seria a história da história, ou seja, a historiografia se preocupa em compreender o que está por trás do texto escrito e dos discursos em especial, e como o mesmo é fabricado, percebendo os ditos e não ditos nas entrelinhas da escrita.

A historiografia proporciona ao historiador perceber o que está por trás das máscaras que a escrita e o discurso constroem, muitas vezes na busca de legitimar seus dizeres, como verdade imparcial, neutra, pronta e absoluta.

O historiador apreende, nas entrelinhas, não a verdade dos fatos, mas a subjetividade reinante que justifica o porquê do autor evidenciar algumas coisas demasiadamente, em detrimento de outras, a saber: os interesses, os valores e os símbolos envolvidos no momento do historiador produzir seu conhecimento. O mesmo não é atemporal, porquanto está no tempo presente e é neste que a história, a análise, os discursos e a escrita são fabricados, avaliados e compreendidos. A época em que o conhecimento histórico é produzido também interfere na elaboração do trabalho do pesquisador.

Segundo José Carlos Reis:

O desdobramento do tempo pode mudar a qualidade da história, interpretações inovadoras emergem com a sua passagem. Não há um passado (...) esgotado pela história (...) o presente exige a reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das

posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza. (2002, p. 9).

Percebe-se que a ótica da história forma-se num tempo específico, delimitado e preestabelecido. Compreende-se que a historiografia tem por fim último auxiliar o historiador, dando-o uma visão mais abrangente dos acontecimentos, fazendo-o entender que a história reflete características peculiares do tempo presente que é produzido, bem como o modo da sociedade construir suas representações em relação às ações do homem, em um passado que é selecionado.

Conforme R. B. Cordeiro Jr.

(...) a historiografia adquire uma abrangência muito maior, criando um campo de conhecimento cuja finalidade é refletir e compreender as formas pelas quais as sociedades elaboram suas representações sobre as ações humanas no passado e como é possível contá-las. (2003, p. 32).

Para analisar o discurso de Maximiano Lopes Machado, é importante entender qual o papel social que o mesmo exercia anos antes e também durante o Movimento Praieiro na Paraíba.

(...) bacharel (...) figura central do cenário burocrático e político do império brasileiro, ocupando cargos no Judiciário (juízes), no Executivo (delegado de polícia, presidentes de províncias) e no Legislativo (deputados e senadores), estreitando os seus vínculos com os interesses locais, como possibilitou um contato mais direto com o cotidiano das camadas populares (...) Esta característica se refletiu em Machado, pois, logo após sua formatura, foi nomeado Promotor Público de Olinda. Contudo, em 1847, por decreto do governo imperial, foi indicado para ser Juiz Municipal do Termo de Areia. Neste mesmo ano, candidata-se à Deputado Provincial, sendo eleito. (MACHADO, 2011, p. 3).

Evidencia-se, pois, a figura e o papel importante que Maximiano Lopes Machado exerceu e conquistou no cenário político e judiciário no Brasil Imperial antes mesmo do Movimento Praieiro, características estas que são típicas dos políticos do século XIX. Logo após a obtenção do título de bacharel em Direito, Machado ganhou gradativamente ascensão política a nível local, chegando a ser eleito Deputado Provincial.

Todavia, o autor em discussão também ocupou e exerceu outros papéis sociais durante o Movimento de 1849, como, por exemplo, de Juiz municipal e delegado de polícia, além de membro fiel e decidido aliado do Partido Liberal. Devido a sua profunda afinidade com os liberais o próprio Machado pede ao presidente da província paraibana João Antonio de Vasconcellos, sua demissão da função de delegado de polícia:

Intendeu o juiz municipal e delegado daquelle termo o Dr. Lopes Machado dever pedir a sua dimissão da policia; e de facto a foi pessoalmente solicitar do presidente, com quem conferenciára em principios de janeiro, posto que sem resultado algum. – As relações individuaes que nutria com essas pessoas; a responsabilidade em que estava para com o partido de quem sempre fôra um decidido e fiel alliado; e o carater de autoridade com que estava revestido o collocavam em posição tanto mais delicada, quanto era a origem de que provinham. Aproveitando-se da desitelligencia em que estava com o subdelegado da cidade tomou-a por pretexto para provocar a sua exoneração nessa conferencia que tivera com a presidencia. (...) Acabando a responsabilidade em que estava com estas palavras: *“de delegado nada mais me resta que o nome, isto o asseguro, sejam quaes forem as consequencias deste facto -”* (MACHADO, 1983, p. 71).

Portanto, ao se analisar os posicionamentos e argumentos do autor em estudo o leitor deve ter em mente que o mesmo escreve na condição de membro do Partido Liberal, Juiz Municipal, Deputado Provincial e Delegado de Polícia da cidade de Areia que será palco do conflito armado entre liberais e conservadores.

Dessa forma, Maximiano Lopes Machado trata os membros do Partido Conservador, não só da Paraíba, como também de Pernambuco, como facção desorganizada, dotada de severidade, escrúpulos, instituição abastarda, sem habilitações, perseguidores, pervertidos e desencaminhados, facção retrógrada, sem prudência humana. Por outro lado, os liberais são perseguidos, sempre dispostos ao perdão, partido do homem cristão que traz a paz doméstica, enfim, às vezes em que M. L. Machado se refere ao seu partido, sempre o coloca como vítima e pacificador:

A facção absolutista, que ficára assombrada com os acontecimentos de 7 de abril, mostrou-se maliciosamente arrependida dos seus desvarios, e crimes; e procurando o patrocínio do proprio partido nacional, que unido triumphára dos seus desatinos, alcançou generoso perdão para todas as suas culpas, confessando-se illudida! Nas desgraças lamenta-se o partido liberal ou a nação; levanta os olhos para o céu, e soffre; na prosperidade modera-se, perdôa e esquece-se: e isto foi o que praticou o partido livre, porque o partido livre é do homem christão, e do homem de bem. Mas a facção absolutista zombando às caladas deste proceder, e persuadindo-se que este tam nobre, e elevado character é um sinal de vileza, e corbadia, com mais soberba se torna, e com mais furor traiçoadamente acomete: e isto foi o que fez, porque sempre foi este o seu procedimento! (1983, pp. 29-30).

Sob a apreciação do autor em discussão, os conservadores sempre lutaram para se manterem no poder e fortalecer suas intenções de centralização, limitando a atuação das províncias, fazendo-as cada vez mais dependerem da Corte, e isto com uma administração desastrosa provocando intrigas. No período de domínio, praticamente exclusivo entre 1841 e 1844, especialmente no Senado, utilizou-se da Constituição para realizarem reformas com um

teor verdadeiramente tirânico, associando-se com portugueses contrabandistas da Corte, dando ampla abertura a crimes como o tráfico de africanos, atendendo assim, suas ambições.

(...) sua funesta administração; outro tanto não se póde dizer desta, que, manejando habilmente a arma da intriga, tem sempre tirado partido em todas as ocasiões não só para fruir os commodos da sua governança, como também para os tornar mais duradouros. – De 23 de março de 1841 á 2 de fevereiro de 1844, penultima época do seu dominio exclusivo, mostrou-se acastellada no senado; appareceu a reforma do conselho d'estado; a do codigo do processo criminal, que acarretou igualmente a reforma de alguns artigos da constituição em um sentido verdadeiramente tyrannico; a centralisação, que acabou de uma vez com a liberdade, e franqueza das provincias, fazendo-as depender inteiramente da côrte desde a nomeação do vice-presidente, até a do continuo das repartições; (...) a liga ostensiva com portuguezes contrabandistas da côrte, pela qual houve ampla concessão para o trafico de africanos, prehencheu as suas vistas de ambição, inculcando – riquezas – no seu lado, onde verdadeiramente pouco ha mais, que depredações, e crimes inauditos! (MACHADO, 1983, pp. 30-31).

Segundo Maximiano L. M. os conservadores construíam suas próprias imagens, como serenos, tranquilos, dóceis proclamadores da tolerância e da justiça. Mas, a seu ver, na verdade eram inimigos rancorosos que a seus bels prazeres levam o país ao precipício e flagelam seus inimigos horripelmente.

Se verdadeira ou falsa semelhante opinião não queremos dizer; o que é verdade é: que em quanto serenos, e prazenteiros se mostravam estes, tam rancorosos inimigos, depois de haverem levado o paiz para as bordas do grande precipicio que se nota, ao gozo dos seus prazeres, mandáram retalhar as carnes dos seus infelizes adversarios, e lhes infligiram flagelações horripel! (MACHADO, 1983, p. 32).

Em outra passagem, podemos ver na imagem construída do presidente da província da Paraíba, o Sr. João Antonio de Vasconcellos pelo próprio Maximiano L. Machado, uma síntese do que seriam os membros do Partido Conservador de um modo geral, numa administração pública.

(...) e não teria logar a nomeação do bacharel João Antonio de Vasconcellos para presidente da provincia da Parahyba; nomeação tanto mais desácertada, quanto pelo repente porque foi feita, não se attendeu para a sua habilitação; tendo-se sómente consideração á – alguem – que, pela politica, o queria sentar nos bancos do tribunal da relação. (...) Si os governantes devem ser avaliados pela sua capacidade intelectual, e moral, o que vamos expênder provará que ao Sr. João Antonio de Vasconcellos faltava assim á aquelle como este merecimento. (MACHADO, 1983, p. 33).

Dessa forma, o presidente João A. de Vasconcellos, nos é apresentado por Machado, principalmente como inabilitado para o exercício público, o que ressalta a ideia de que o discurso do mesmo está mais voltado para desqualificar a imagem dos conservadores na

administração do poder público do que mesmo considerá-los como desordeiros e agitadores, como faz o liberal de Pernambuco Urbano Sabino Pessoa de Melo em relação aos praieiros de Pernambuco.

Assim, o discurso de Machado se assemelha bastante com o de Urbano Sabino Pessoa de Melo, membro liberal e participante ativo do Movimento Praieiro iniciado em Pernambuco nos anos 1848-1849, ao deixar claro o Partido Liberal de Pernambuco como vítima e pacificador e o Partido Conservador como agitadores, promovedores da desordem e perseguidores (CABRAL, 2009, pp. 39-41). Porém, o posicionamento de Machado em relação aos conservadores de Pernambuco e especialmente da Paraíba, ressalta mais a desqualificação dos mesmos, para o exercício da administração pública provincial, do que como agitadores e desordeiros como fica mais evidenciado no discurso de Urbano Sabino Pessoa de Melo¹.

O discurso de Maximiano L. M. em relação ao Sr. João Antonio de Vasconcellos, não se limita a apenas sua falta de capacidade, de habilitação para a função de presidente da província, mas vai muito mais além, atinge o seu caráter, a sua personalidade, ao considerá-lo um homem de profunda ignorância, sem virtudes, dissimulado, perseguidor, violento e criminoso por instinto, um homem que deveria ser conciliador e cheio de virtudes morais, disposto a manter o código supremo da nação, na verdade, foi o impulsionador de inovações criminosas e provocador do veneno da corrupção, numa província mesmo que pequena, mas laboriosa e honesta.

Sem habilitações, como é hoje sabido, pois ninguém de boa fé poderá negar a sua profunda ignorancia no que professa, e no que não professa; sem nome conhecido, pois em tal nunca ninguém fallou nem em razão de familia, nem adquerido por virtudes domesticas, ou fé politica; simulado por inclinação; irresoluto por calculo; temeroso por genio; e logo depois, perseguidor por preceito; (...) eis aqui o homem com quem se occupou o decreto de 20 de março de 1848, e quem a força das circunstancias impeliu para uma provincia, ainda que pequena, intelligente, laboriosa, e honesta! – (...) Foi o instrumento unico do cataclismo *politico* porque passou aquella desditosa provincia, aquella que podia, e devia ser o laço da concordia. Derramou o veneno da corrupção, aquella que devia desenvolver o germen de todas as virtudes moraes, e civis. Foi a alavanca de innovações criminosas, aquella que devia manter, e defender o *codigo supremo* da nação. (...) finalmente o bacharel João Antonio pervertido, e desencaminhado foi a vertente dos maiores males, e desventuras. (MACHADO, 1983, p. 34).

¹ Para melhor entender o discurso de Urbano Sabino Pessoa de Melo, ver: CABRAL, I. B. A. **As Memórias da Praieira**: uma análise historiográfica dos discursos de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo e Urbano Sabino Pessoa de Melo. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História). Patos: FIP, 2009; e MELO, U. S. P. de. **Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco**. Pref. De Costa Porto. Brasília: Senado Federal, 1978.

Além de atribuir atitudes perversas aos conservadores, o autor em análise afirma que para os mesmos, uma gota de sangue derramada vale mais do que muitas riquezas e foi o que aconteceu em terras pernambucanas e paraibanas e muitos viram essas atrocidades cometidas contra os cidadãos honestos e sem ofensas do Partido Liberal.

(...) uma gôta de sangue tinha mais pezo para ella do que montanhas de ouro. São factos de recente dáta que se acham registrados na memoria de todos. – Ao contrario quatro mezes não eram passados depois da assumção – *saquarema*, e já o sangue brasileiro tingia o sólo pernambucano nos campos de – *Mussupinho* -, e o parahybano nas serranias da – *Borburema* - ! Muitos viram, sentiram, e todos lêram esse cathalogo horrivel de atrocidades desenvolvidas contra o partido que decahira desde a simples prisão até o banimento de cidadãos honestos, e inoffensivos; (MACHADO, 1983, p. 38).

Dessa maneira, os conservadores, no entender de M. L. Machado, não têm nenhum princípio moral, civilizado, pacífico e nem habilitação necessária que seja suficiente para o exercício de uma administração pública, como por exemplo, o conservador João A. de Vasconcellos na presidência da Paraíba como já mencionado. Por outro lado, para Machado, só um governo legitimamente liberal poderá trazer um bem estar social e a paz doméstica: “(...) Acabemos por uma vez de nos convencer: que só um governo justo e liberal poderá trazer a paz domestica, todas as felicidades sociaes e uma bem entendida liberdade.” (MACHADO, 1983, p. 100).

Por outro lado, é de se questionar até que ponto deve-se dar plena razão ao que M. Lopes Machado afirma, a respeito do presidente J. A. de Vasconcellos, embora que este, informado do Movimento ocorrido em Pernambuco, tenha enviado 400 praças em auxílio desta mesma província (MACHADO, 2011, p. 6), - para que fosse evitada a entrada dos praieiros na Paraíba, - Vasconcellos em suas duas cartas enviadas aos liberais Maximiano Lopes Machado e ao tenente coronel José André Pereira d’Albuquerque, dar sinais de que pretendia uma conciliação ou uma negociação com os mesmos.

Eis as duas cartas escritas por Vasconcellos e que é o próprio M. L. Machado que afirma a autoria:

(...) Veja agora o leitor as cartas que foram dirigidas inclusas neste mesmo officio para os Srs. Lopes Machado e José André – “IIImo. Sr. Doutor Machado – Consta-me com *certeza que os rebeldes hoje occuparão Itabayana*, e que pretendem ir á essa cidade. V. S. mande-os pois intimar para que larguem as armas – se é que querem a proteção do governo da provincia -, ou aliás digão o – que querem. – Espero que se saberá desenvolver neste negocio para que seu nome passe illezo, e honrado com as providencias que der. Eu fico *reunindo gente*, e vou mandar o chefe de policia *encontra-los* para os *intimar*. Sou de V. S. collega e amigo – João Antonio de Vasconcellos.” (...) A outra carta é do theor seguinte: - “IIImo. Sr. tenente

coronel José André Pereira d'Albuquerque. – *Tenho toda certeza* que os rebeldes se achão acampados em Itabayana donde talvez pretendão seguir para Arêa; acontecendo porém que elles mudem de resolução, e procurem acampar-se nessa Villa, V. S. offerecendo-lhes – a proteção deste governo – intime-lhes que deponhão as armas, e caso não convenhão nisso, pergunte-lhes o que pretendem, e de tudo me informe com a maior brevidade. Neste mesmo sentido já escrevi ao Dr. Machado. Cumpre dizer-lhe que qualquer dispeza que faça neste negocio, promptamente lhe levarei em conta. Fico descançado, e póde contar com o – De V. S. amigo, e creado – João Antonio de Vasconcellos.” (apud MACHADO, 1983, pp. 74-75).

Percebe-se que João Antonio de Vasconcellos nas duas cartas tem um pouco da intenção de dialogar com os praieiros vindos de Pernambuco, por intermédio de M. Lopes Machado e o tenente coronel José André Pereira d'Albuquerque. Nas duas cartas o presidente Vasconcellos, suplica respectivamente que se informem do que os praieiros recém-chegados na província paraibana pretendem: na primeira, “(...) aliás digão o - que querem. (...)”; na segunda, “(...) pergunte-lhes o que pretendem (...)”.

Dessa forma, é de se questionar os posicionamentos de Maximiano Lopes Machado em relação aos conservadores, especialmente os da Paraíba, principalmente o presidente da província o Sr. João Antonio de Vasconcellos, ao fabricar a imagem do mesmo, como homem sem habilitação, perseguidor, violento, pervertido, desencaminhado e seu comportamento sempre foi de um furor traiçoeiro, como já mencionado.

Porém, o que se pretende, aqui, não é saber se Vasconcellos foi isso ou aquilo, mas compreender que a imagem que Maximiano Lopes Machado construiu em relação aos conservadores, em especial os da Paraíba, em síntese, é tudo que ele afirma a respeito do presidente Vasconcellos, como já exposto. Dessa forma, sempre procurando desqualificar os mesmos, questionando suas atuações no governo quer seja, a nível nacional como também e principalmente no âmbito provincial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido, nota-se que há toda uma parcialidade em torno do discurso de Maximiano Lopes Machado acerca do Movimento Praieiro na Paraíba, principalmente em se tratando da participação dos membros do Partido Conservador.

Por outro lado, procura-se explicar nessa análise, como os conservadores da província da Paraíba de 1849 foram analisados por Maximiano Lopes Machado, um personagem ativo do Movimento Praieiro na Paraíba e que sua obra como já foi acima citada, trata-se de uma fonte raríssima para quem pretende analisar o mesmo.

A respeito do livro de Machado, Alexandre Felipe Fiuza ressalva:

(...) A obra (...) tem um valor inestimável dentro da biografia paraibana, pois, além de descrever a Rebelião Praieira na Paraíba, aponta características da luta entre liberais e conservadores e insere as disputas políticas nacionais dentro do contexto mundial, mais especificamente, sobre os últimos acontecimentos na Europa. (...) (2011, p. 45).

Assim, Fiuza evidencia a contribuição da escrita de Machado, tendo em vista que essa controvérte as disputas político-partidárias locais inseridas na política nacional que por sua vez está atrelada ao contexto dos acontecimentos da Europa.

Portanto, esse trabalho por mais que esteja voltado para um tema pouco discutido, analisado, não tem a pretensão de querer vir a ser a única interpretação válida e insuperável, em relação a futuras discussões que venham a surgir sobre o referido tema. Assim, muito provavelmente surgirão novas pesquisas que buscarão, dentro dessa temática, responder aos questionamentos do seu tempo.

Desta feita, a contribuição dessa discussão, é mostrar que a imagem que Maximiano Lopes Machado constrói a respeito dos membros do Partido Conservador da Paraíba, no contexto do Movimento Praieiro de 1849, é de desqualificados para ocuparem cargos na administração pública, desprovidos de princípios: morais, civilizados e pacíficos; homens de profunda ignorância, sem virtudes, dissimulados, perseguidores, violentos e criminosos por instinto. Porém, ressalva-se que o autor analisado, se preocupa mais em evidenciar a desqualificação dos conservadores para o exercício de funções públicas na província da Paraíba do que mesmo, taxá-los como violentos, perseguidores, pervertidos e promovedores da desordem. Por outro lado, em relação ao Partido Liberal, fabrica a imagem de pacificadores, um partido do homem cristão, e só o governo liberal está habilitado a promover o bem e a justiça social.

REFERÊNCIAS

CABRAL, I. B. A. **As Memórias da Praieira**: uma análise historiográfica dos discursos de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo e Urbano Sabino Pessoa de Melo. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História). Patos: FIP, 2009.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Meneses. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CORDEIRO JR, R. B.. História da História ou da Historiografia como História Social. In: Sá, Ariane Norma de M. e MARIANO, Serioja R. C. (org.). **Histórias da Paraíba**: autores e análises sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003. pp, 16-36.

FIUZA, A. F.. **Rebelião Praieira**: um Estudo de Caso em Areia/PB. Disponível no site: [HTTP://www.rhr.uepg.br/v7n2/2%20-%20Fiuza%OK.pdf](http://www.rhr.uepg.br/v7n2/2%20-%20Fiuza%OK.pdf). Acesso em: 25. Março. 2011.

FONSECA, J.J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MACHADO, M. L. **Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba**. 2 ed. João Pessoa/Campina Grande, UFPB/FUNRE, 1983.

_____. **Em defesa da ordem e da civilização**: o discurso liberal de Maximiano Lopes Machado. Disponível em: <http://coopex.fiponline.com.br/images/arquivos/documentos/1278012997.pdf>. Acesso em: 25. Março, 2011.

MELO, U. S. P. de. **Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco**. Pref. De Costa Porto. Brasília: Senado Federal, 1978.

REIS, J. C. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.